



Proposta que libera vaquejadas passa no Plenário e vai à Câmara

Marcos Oliveira/Agência Senado



Otto Alencar fala durante a sessão em que o Plenário aprovou o projeto dele que permite a realização da vaquejada

Senado aprovou em dois turnos PEC que considera não serem cruéis as práticas desportivas com animais regulamentadas e integrantes do patrimônio cultural

Proposta que permite a realização das vaquejadas foi aprovada ontem pelo Plenário, em dois turnos de votação. A PEC foi apresentada por Otto Alencar após decisão do Supremo Tribunal Federal que considerava haver “crueldade intrínseca”. De acordo com a PEC, não serão consideradas cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais previstas na Constituição, registradas como integrantes do patrimônio cultural brasileiro e regulamentadas em lei

específica que garanta o bem-estar dos animais. Quase todas as bancadas encaminharam a votação favorável à proposta. As exceções foram o PT, que liberou os votos, e a Rede, que foi contrária. Os senadores que defendem a PEC argumentaram que a vaquejada produz empregos, gera renda e é uma tradição no país, especialmente no Nordeste. Os contrários disseram que, mesmo com medidas de proteção, os animais sentem medo e dor e são obrigados a participar do evento só para a diversão humana. **3**

Indicado para o STF, Moraes será sabatinado na terça-feira

A Comissão de Constituição e Justiça decidiu sabatinar o ministro licenciado da Justiça, Alexandre de Moraes, na próxima terça-feira. Ontem o relator, Eduardo Braga,

apresentou o parecer em que considera o indicado apto a ocupar o cargo de ministro do STF. No mesmo dia, Moraes se reuniu com senadores da bancada do PMDB. **4**



Alexandre de Moraes esteve no Senado para conversar com parlamentares

Presidente do Senado recebe governadores para discutir crise

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebe governadores hoje, às 15h. Na pauta, estão as crises financeira e de segurança

nos estados. Até ontem, 22 governadores haviam confirmado presença, entre eles Luiz Fernando Pezão (RJ) e Paulo Hartung (ES).



O presidente do Senado, Eunício Oliveira (D), se reúne com líderes partidários

Eunício e líderes decidem levar a voto hoje PEC da Desburocratização

Em reunião ontem, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, e as lideranças definiram que pelo menos duas alterações na Constituição seriam votadas nesta semana:

a PEC da Vaquejada, aprovada no mesmo dia, e a PEC da Desburocratização, que deverá ser votada hoje em primeiro turno. Eunício cobrou dos líderes a composição das comissões. **4**

Proposta muda escolha do advogado-geral da União

Deve ser analisada hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania proposta do senador Ricardo Ferraço que altera a Constituição para determinar que o nome indicado à Advocacia-Geral da União (AGU) seja submetido ao crivo do Senado. Atualmente a escolha é atribuição exclusiva do presidente da República. **4**



Debate conduzido por Ana Amélia e Benedito de Lira (3º à esq.) prossegue hoje

Cartão Reforma deveria ter controle contra desvios, aponta audiência

Participantes de debate sobre a medida provisória que cria o Cartão Reforma apoiaram o programa, mas ressaltaram o risco de irregularidades. Para evitar o desvio de

recursos públicos, são necessários fiscalização e critérios bem definidos na concessão do benefício, disseram os debatedores. O programa volta a ser discutido hoje. **2**

Participantes de audiência veem vantagens no programa lançado pelo governo. Eles ressaltam, porém, que é preciso ter critérios bem definidos e fiscalização efetiva para evitar desvios de recursos públicos

Cartão Reforma precisa ter controle, dizem debatedores

O PROGRAMA CARTÃO Reforma pode contribuir para reduzir o déficit habitacional nas cidades, mas é preciso controle e critérios bem definidos para evitar desvios. Esses pontos foram defendidos por participantes de audiência pública, ontem, na comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 751/2016, que institui o programa. Nesta semana, a MP teve o prazo de vigência prorrogado por mais 60 dias.

Criado pelo governo Temer, o Cartão Reforma subsidia a aquisição de materiais de construção destinados a reforma, ampliação ou conclusão de imóveis de famílias de baixa renda, com assistência técnica para acompanhamento das obras. A iniciativa tem como origem o Cheque Moradia, criado em Goiás em 2011 e reproduzido em outros estados.

O representante da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Álvaro César Lourenço, defendeu o programa. Ele explicou que o cartão irá contemplar obras feitas pelas próprias famílias, que geralmente têm dificuldade de execução pelas formas tradicionais. Negando intenção populista na iniciativa, Lourenço garantiu que o programa terá fiscalização rigorosa para evitar irregularidades:

— Os recursos são 100% subsidiados, vão direto para as famílias, sem intermediários.



Ana Amélia e Benedito de Lira (2º à dir.) comandam debate sobre programa

O dinheiro é exclusivo para a compra de material de construção em lojas previamente cadastradas. Não pode haver troca: a família troca o crédito do cartão por materiais.

Lourenço disse que o programa exige contrapartida das famílias, que serão cadastradas em programa de computador que avalia as condições sociais dos interessados.

Questionamentos

Ao explicar a experiência de Goiás, o presidente da Agência Goiana de Habitação, Luiz Stival, elogiou a iniciativa do governo e disse que o Cheque Moradia está presente em 246 municípios do estado. A experiência de Salvador foi relatada pelo vice-prefeito, Bruno Reis. Lá foi criado o Programa Morar Melhor, que atende famílias que viviam em extrema pobreza.

O representante da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Luis Fernando Melo Mendes, cobrou

o aprimoramento do Cartão Reforma. Embora o programa possa favorecer a melhoria estética nas residências, Mendes observou que graves problemas, como falta de saneamento e mobilidade, persistem nas áreas urbanas. Ele ressaltou que a falta de critérios bem definidos faz com que escolha da área a ser atendida possa sofrer influência política.

O representante da Confederação Nacional de Municípios (CNM), André Alencar, questionou se vai haver “fôlego financeiro” dos entes federativos para implementar o programa.

Relatora da MP, Ana Amélia (PP-RS) pediu transparência e controle na aplicação dos recursos em todas as etapas do programa. A senadora disse que essa foi a principal cobrança de internautas que acompanharam a audiência.

Lúcia Vânia (PSB-GO) saudou a iniciativa, mas cobrou “aparato de fiscalização sério” para coibir irregularidades.

— Acho grave ser utilizado em época de eleição. Se não for fiscalizado, traz problemas seriíssimos — disse a senadora.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também defendeu o estabelecimento de critérios que favoreçam a transparência e o controle do programa.

Hoje a comissão volta a debater a MP com representantes da Casa Civil da Presidência da República, da Caixa, da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção, da Frente Nacional de Prefeitos e do Fórum Nacional de Reforma Urbana.

Lindbergh mostra estudo sobre dados previdenciários

Lindbergh Farias (PT-RJ) elogiou ontem o documento *Previdência, Reformar para Excluir*, da Anfip e do Dieese.



Marcos Oliveira/Agência Senado

O senador destacou os pontos como a “criminalização da longevidade” e as fontes de financiamento do sistema previdenciário.

— Não podemos sustentar a Previdência do futuro só com os trabalhadores e empregadores. É fundamental a participação do governo.

Paulo Paim pede apoio para CPI da Previdência Social

Ao protestar contra as propostas de reformas da Previdência e trabalhista, Paulo Paim (PT-RS)



Marcos Oliveira/Agência Senado

frisou que, na prática, as novas regras tornarão difícil a aposentadoria antes dos 70 anos, e a reforma trabalhista tenderá a anular todos os direitos dos empregados.

O senador pediu apoio para uma comissão parlamentar de inquérito destinada a fazer uma auditoria nos recursos da Previdência.

Para Lídice da Mata, reforma vai punir trabalhadores

Lídice da Mata (PSB-BA) disse que a reforma da Previdência do governo Temer prejudicará os trabalhadores.



Roque de Sá/Agência Senado

Na avaliação da senadora, o governo tenta “colocar no colo do trabalhador” toda a responsabilidade pela manutenção da Previdência.

— O trabalhador vai sofrer muito com uma contribuição de quase 50 anos, impossível para um trabalhador autônomo — afirmou Lídice.

José Aníbal diz que seguridade está no “limite do limite”

José Aníbal (PSDB-SP) pediu apoio do Congresso à agenda de reformas do governo e argumentou que a Previdência Social está no “limite do limite” e propôs à oposição reunir especialistas e confrontar os números sobre o déficit da seguridade social.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ele citou a trajetória favorável dos indicadores econômicos. Para ele, a queda da inflação abre caminho para acelerar a queda dos juros.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores proferidos no Plenário após as 19h30 serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCJ Advogado-geral da União

10h A comissão analisa a PEC 125/2015, que fixa critérios para escolha do advogado-geral da União, e mais 27 itens.

PRESIDÊNCIA Governadores

11h Eunício recebe o presidente da AMB; às 11h30, o da Conib; às 15h, reúne-se com governadores; às 16h, ordem do dia.

PLENÁRIO Desburocratização

14h Na pauta, a PEC que diminui a burocracia na administração pública.

MP 752/2016 Parceria nos transportes

14h Plano de trabalho da MP sobre contratos de parceria nos transportes.

MP 751/2016 Cartão Reforma

14h30 Audiência sobre o Cartão Reforma.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Relatora mudará MP para ampliar bancos que operam o programa

A Caixa poderá não ser a única agente operadora dos recursos do Cartão Reforma. Relatora da MP 751/2016, Ana Amélia acertou com o governo nova redação para permitir que outros bancos oficiais também atuem como agentes financeiros.

A medida beneficia os bancos estaduais, disse a

senadora. Segundo ela, a abertura foi reivindicada por estados como Tocantins e pelo Distrito Federal, que têm bancos próprios.

Ana Amélia adiantou que não deve alterar o limite de renda familiar do beneficiário, que equivale hoje a cerca de 1,9 salário mínimo.

(Com Agência Câmara)

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima

Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza

Primeiro-secretário: José Pimentel

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares

Quarto-secretário: Zeze Perrella

Suplentes de secretário:

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,

Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Coordenadora-geral: Edna de Souza Carvalho

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Sílvio Burle

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Coordenador de Edição: Mikhail Lopes

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado aprova PEC que regulariza situação de vaquejadas e rodeios

Segue para a Câmara dos Deputados a proposta que estabelece não haver crueldade em práticas com animais que estejam regulamentadas em lei e façam parte do patrimônio cultural

O PLENÁRIO APROVOU ontem em dois turnos a proposta de emenda à Constituição que permite a realização das vaquejadas. O texto agora vai para a Câmara.

A PEC 50/2016 descaracteriza a crueldade contra os animais associada ao esporte. O texto foi apresentado em outubro, após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) contra a prática. Em julgamento de ação do Ministério Público contra lei que regulamentava as vaquejadas no Ceará, o relator no STF, ministro Marco Aurélio, considerou haver “crueldade intrínseca”.

Segundo a PEC, não serão consideradas cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais previstas na Constituição e registradas como integrantes do patrimônio cultural brasileiro. A condição é que sejam regulamentadas em lei específica que garanta o bem-estar dos animais envolvidos.

A Lei 13.364/2016, aprovada pelo Congresso e sancionada no final do ano, também logo após a decisão do STF, elevou o rodeio, a vaquejada e as respectivas expressões artístico-culturais à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial. O PLS 378/2016, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), em análise no Senado, regulamenta essas práticas em lei. Hoje há regulamento da Associação Brasileira de Vaquejada.

Muitas bancadas encaminharam a votação favorável à proposta. As exceções foram o PT, que liberou a bancada, e a Rede, que orientou o voto contrário.

Cadeia produtiva

O autor da PEC, Otto Alencar (PSD-BA), afirmou que a cadeia da vaquejada inclui produtores de ração, vaqueiros, tratadores, produtores de couro, artesãos que fazem selas, produtores de festas, ambulantes, donos de haras e empresas de leilões.

Raimundo Lira (PMDB-PB) disse que o Nordeste enfrenta o sexto ano consecutivo de seca e que a região precisa do apoio do resto do país. Eunício, presidente do Senado, foi substituído no comando da sessão para poder registrar voto favorável



Eunício Oliveira, presidente do Senado, apoiou ontem a proposta de emenda à Constituição que permite a realização das vaquejadas

à PEC, que disse considerar importante para a cultura nordestina.

Para a líder do PT, Gleisi Hoffmann (PR), o que a PEC faz é dizer que esportes considerados patrimônio cultural não causam maus-tratos, ainda que na prática causem. Para ela, não se justifica coagir e maltratar um animal apenas para a diversão humana.

Oposição

A senadora citou os danos causados aos bois no esporte, como fraturas nas patas, arrancamento de cauda, ruptura de ligamentos e de vasos sanguíneos e comprometimento da coluna vertebral. Ela contestou os argumentos de que o uso do protetor de cauda possa garantir o bem-estar ou evitar o estresse, o medo e a dor de um boi que é transportado confinado de cidade em cidade, perseguido, laçado e derrubado no chão pela cauda, apesar de seu peso e tamanho.

— Os humanos praticam MMA, luta livre e boxe porque têm livre arbítrio, porque entram na arena para fazê-lo. Podem se recusar se quiserem, não são colocados sob força. Por que temos que nos divertir com a dor dos animais? — contestou.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Armando Monteiro (PTB-PE) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) citaram aprimoramentos no esporte que procuram garantir a integri-



Marcos Oliveira/Agência Senado

dade física dos animais. Eles defenderam a regulamentação em lei para que não haja exageros nem maus-tratos aos animais.

Roberto Muniz (PP-BA) considerou que a vaquejada aglutina outras manifestações culturais, como o repente e o cordel.

— Não esqueçam a importância da nossa raiz, da cultura do interior. Tão fundamental quanto o emprego e a economia é deixar pujante a cultura popular — afirmou.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) leu uma nota em que seu partido afirma que, “quando se aceita a violência contra os animais, que é o primeiro passo para o desrespeito à vida humana, não pode haver cultura, no sentido positivo e justo”.

— Minha origem é nordestina, mas há que se distinguir o que é cultura do que são maus-tratos dos animais.

Ana Amélia alerta para risco de importar peras da Coreia do Sul

Ana Amélia (PP-RS) comentou medida do Ministério da Agricultura que autoriza importação de peras da Coreia do Sul. Segundo a senadora, a Associação Brasileira de Produtores de Maçãs teme que a pera coreana reintroduza no país o cancro europeu, doença que atinge plantações de maçã e está erradicada no Brasil.

Ela pediu que o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, reconsidere a decisão.

Vanessa: proposta de regulamentação de greve é política

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) criticou a regulamentação do direito de greve do servidor público. Para ela, a regulamentação atende fins políticos, pois vem sendo justificada pela paralisação de PMs. A senadora disse que a Constituição já veda direito de greve à categoria e que apenas a mobilização popular pode barrar a medida.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Flexa Ribeiro cobra compensação a estados por ICMS

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu o exame de projeto sobre a compensação dos estados que perdem com a desoneração do ICMS sobre produtos exportados (PLS 288/2016). O STF recomendou que o Congresso avalie o projeto até o fim deste ano.

— Só o Pará, de 1997 a 2015, deixou de arrecadar R\$ 46,6 bilhões — disse o senador.



Roque de Sá/Agência Senado

Anistia de partidos que não prestam contas é absurda, diz Reguffe

Reguffe (sem partido-DF) criticou o projeto em análise na Câmara que retira do Tribunal Superior Eleitoral a prerrogativa de punir os partidos que não prestem contas ou que apresentem as mesmas de maneira irregular.

Para o senador, essa anistia às legendas políticas é um “total absurdo” e vai contra a vontade dos cidadãos, que defendem mais transparência nas relações públicas.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Garibaldi elogia uso das Forças Armadas no combate à violência

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) afirmou ser necessário o uso das Forças Armadas, em operação nacional, para combater o crime organizado.

— Nós temos fatos que ocorrem nas ruas de Natal e nas ruas de qualquer capital com as mesmas características de surpresa, sangue frio, brutalidade e covardia, como se verificavam nas grandes guerras do passado.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ângela acusa Temer de proteger ministros envolvidos na Lava Jato

Ângela Portella (PT-RR) criticou ontem as declarações do presidente Michel Temer, segundo as quais somente afastará do governo os ministros que vierem a se tornar réus na Lava Jato.

Na análise da senadora, como no Brasil há uma tradição de muita demora em processos de pessoas com foro privilegiado, autoridades envolvidas continuarão em seus postos no governo.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Lasier defende resgate das dez medidas contra a corrupção no país

Lasier Martins (PSD-RS) anunciou que apresentou uma série de emendas para restabelecer a ideia conhecida como Dez Medidas contra a Corrupção. O projeto, encabeçado pelo Ministério Público Federal, foi aprovado na Câmara com diversas alterações.

O senador defendeu a inclusão, no projeto, de programa de incentivo a relatos de informações de interesse público.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Amorim lamenta crise em Sergipe e culpa governo do estado

Sergipe vive uma situação caótica, alertou Eduardo Amorim (PSDB-SE). O salário do funcionalismo público está atrasado e a saúde e a educação estão em situação lamentável, disse o senador.

Amorim lembrou que o estado foi apontado como o mais violento do país em 2015. Ele responsabiliza o governo do estado pela crise e o acusa de se aproveitar desse cenário para vender empresas públicas.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Sabatina de Moraes é marcada para terça-feira

Bancada governista na CCJ queria antecipar a sabatina de Alexandre de Moraes para hoje, mas Antonio Anastasia, que presidiu a reunião, preferiu dar mais tempo para análise do relatório

INDICADO PARA O cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro licenciado da Justiça, Alexandre de Moraes, será sabatinado na terça-feira da semana que vem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A data foi marcada pelo vice-presidente da CCJ, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), que presidiu a reunião da comissão ontem.

A proposta de antecipação da sabatina provocou polêmica. A base governista queria que a arguição fosse feita hoje, alegando situação anterior, quando teria havido antecipação de oitiva de autoridade. Já senadores da oposição pediam o cumprimento de prazo regimental de cinco dias úteis para convocação do indicado.

Anastasia manteve a previsão do Regimento Interno do Senado. Na avaliação dele, a realização da sabatina na próxima semana dá aos senadores mais tempo para analisar as informações contidas no relatório de Eduardo Braga (PMDB-AM) e permite aos cidadãos participar do debate.

— É durante esse prazo que

questionamentos sobre a vida pregressa do indicado poderão ser encaminhados ao relator para serem divididos com a comissão — ponderou.

Em seu parecer, Eduardo Braga ressaltou que a formação acadêmica e a experiência profissional de Alexandre de Moraes o qualificam para ocupar o cargo.

Bancada do PMDB

Ontem os senadores do PMDB se reuniram com Moraes. O partido tem a maior bancada da Casa, 21 senadores, pouco mais de um quarto da composição do Senado. Para ter sua nomeação aprovada, Moraes precisa receber 41 votos favoráveis no Plenário.

Segundo Braga, os senadores quiseram saber a opinião do ex-ministro a respeito de assuntos como demarcação de terras indígenas, Código Florestal, cláusula de barreira para partidos políticos e a relação entre o Poder Legislativo e o STF. Braga ressaltou que não se falou sobre a Operação Lava Jato — caso seja aprovado pelo Senado, Moraes será o relator-revisor dos processos



Indicado ao cargo de ministro do Supremo, Alexandre de Moraes (4º à dir.) se reúne com senadores da bancada do PMDB

da operação de combate à corrupção no Plenário do Supremo.

Sobre a receptividade que o nome de Moraes terá entre os membros da CCJ, Braga disse que espera uma discussão profunda e honesta a respeito das qualificações do indicado. Para ele, a reunião de ontem, na qual a oposição questionou a intenção de antecipar a sabatina, mostra a disposição dos colegas a lidar com o tema de forma séria.

— Hoje tivemos a oportunidade de ver que teremos um debate político, mas bastante construtivo, creio eu.

Para Humberto Costa, é inaceitável ministro licenciar-se em meio à crise na segurança pública

Na opinião de Humberto Costa (PT-PE), “é inaceitável” que um ministro da Justiça abandone o comando da pasta para tratar de interesses particulares, num momento em que o Brasil enfrenta “grave crise de segurança pública”. A crítica do senador foi a Alexandre de Moraes, que se licenciou por 30 dias do cargo para tratar de sua indicação ao STF, apesar da violência no Espírito Santo e no Rio de Janeiro, originada



da paralisação de policiais militares. — A população vem sendo vítima de um risco real de conflagração das polícias militares em todas as unidades da Federação.

Humberto informou que, segundo publicação no *Diário Oficial da União*, o governo garante o efetivo de tropas federais nos estados apenas até o dia 23, o que poderá comprometer a segurança durante o Carnaval.

Líderes incluem PEC da Desburocratização na pauta

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, definiu ontem com as lideranças dos partidos que pelo menos duas propostas de mudança da Constituição seriam votadas nesta semana.

A primeira foi a PEC da Vaquejada (PEC 50/2016), aprovada ontem mesmo pelo Plenário. A segunda foi a PEC da Desburocratização (PEC 57/2016).

A segunda sessão de discussão em primeiro turno da PEC da Desburocratização deve ser realizada hoje para, em seguida, ser votada em primeiro turno no Plenário do Senado.

A chamada PEC da Desburocratização, que foi elaborada a partir do anteprojeto de uma comissão de juristas instituída pelo Senado, tem como objetivo diminuir a burocracia em procedimentos fiscais e tributários, principalmente para municípios menores.

Além disso, a proposta determina a elaboração de um Estatuto do Contribuinte e o incentivo à aplicação de tratamento especial e simplificado para micros e pequenas empresas.

Também estabelece a definição, por lei complementar, do conceito de “pequeno

município”, entidade da Federação à qual deverão ser asseguradas normas simplificadas para balancetes e prestação de contas.

O relator é o senador José Maranhão (PMDB-PB) e a PEC foi incluída na ordem do dia de hoje conforme calendário especial.

Comissões

Na reunião de ontem, o presidente do Senado voltou a fazer um apelo para que os líderes dos partidos indiquem presidentes e integrantes das comissões quanto antes.

— Quero fazer a pauta da Casa. Pedi aos líderes que montem os colegiados o mais rápido possível para que, uma vez instalados, tenham condições de remeter as proposições para o Plenário — explicou Eunício.

A distribuição das presidências das comissões segue o critério da proporcionalidade partidária. As maiores bancadas escolhem primeiro.

O PMDB já escolheu o senador Edison Lobão (PMDB-MA) para presidir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) para comandar a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Nome de advogado-geral da União poderá ser submetido ao Senado

Está na pauta de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proposta de emenda à Constituição que determina que o nome indicado à Advocacia-Geral da União (AGU) seja submetido à aprovação do Senado.

A escolha é atualmente uma atribuição exclusiva do presidente da República. Segundo a proposta (PEC 125/2015), o processo teria início com a apresentação, pela própria AGU, de uma lista tríplice a ser analisada pela Presidência da República. O nome escolhido pelo presidente seria então encaminhado ao crivo do Senado e precisaria da aprovação da maioria absoluta dos senadores para ser efetivado e cumprir mandato de dois anos.

A PEC 125/2015, de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), tem voto favorável do relator, José Maranhão (PMDB-PB), que apresentou emenda prevendo a possibilidade de uma recondução. O texto estabelece que a destituição do advogado-geral, hoje de iniciativa do presidente da República, também passaria a depender da aprovação da

maioria do Senado.

A proposta é um dos 28 itens da pauta da CCJ de hoje.

Trabalho escravo

Também pode ser votado o PLC 169/2009, que impede empresa que contratar trabalhador em condições análogas à de escravo de ter incentivo fiscal, contratar empréstimo com banco público e participar de licitação.

O texto a ser votado é o substitutivo aprovado na Comissão de Relações Exteriores (CRE), como recomenda o relator na CCJ, Paulo Paim (PT-RS). Para caracterizar o envolvimento com a exploração de trabalho escravo, o projeto obriga a comprovação de inclusão da empresa no cadastro com essa finalidade do Ministério do Trabalho ou sua condenação judicial.

Pelo projeto, está em condição análoga à de escravo quem é submetido a trabalho forçado, jornada exaustiva, condição degradante de trabalho ou restrição por qualquer meio de locomoção em razão de dívida contraída com empregador ou preposto. O projeto será votado em decisão final na CCJ.

Projeto sobre pesquisas clínicas ganha urgência e pode ser votado hoje

Com requerimento de urgência aprovado ontem, o PLS 200/2015, que acelera a liberação de pesquisas clínicas no Brasil, entrará hoje na ordem do dia do Plenário. Se aprovado, o projeto seguirá para a Câmara. Apresentado por Ana Amélia (PP-RS), Waldemir Moka (PMDB-MS) e outros senadores, ele cria um marco regulatório para análise e registro de novos

medicamentos no tratamento de câncer, Alzheimer, diabetes e outras doenças, além de fixar regras a serem cumpridas nos estudos em seres humanos.

Incluído entre as nações mais atrasadas em relação aos processos de autorização e condução dos protocolos de pesquisas, o Brasil tem prazo que varia de 10 a 15 meses, contra 3 a 6 em outros países.